

RESUMO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

Decreto nº 13.129/2023 - Política de Segurança da Informação (PSI)

O Decreto nº 13.129/2023, de 3 de julho de 2023, institui a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Administração Pública Municipal de Alegre, estabelecendo que a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação fica sujeita às normas e diretrizes constantes em seu anexo.

1. Conceitos Fundamentais da Política de Segurança da Informação

Para fins de aplicação da PSI, são definidos os seguintes conceitos:

- Informação: Conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação dotadas de significado, independentemente do meio ou suporte utilizado.
- Ativo: Engloba todos os elementos que possuam valor para a Prefeitura Municipal de Alegre, tais como informações, microcomputadores e seus acessórios, notebooks, impressoras, servidores, dispositivos de armazenamento de dados, sistemas de informática e meios de transmissão. Todos os documentos e informações sob custódia da Prefeitura constituem ativos e são de sua propriedade.
- Incidente de Segurança da Informação: Qualquer ocorrência, indício de fraude, falha ou evento adverso que represente ameaça à segurança da informação ou que possa comprometer as operações institucionais.
- **Usuários Internos:** Servidores públicos e estagiários que utilizam os recursos de tecnologia da informação disponibilizados pela Prefeitura.
- Colaboradores Externos: Prestadores de serviços terceirizados ou quaisquer outros profissionais que, de forma autorizada, façam uso dos recursos de tecnologia da informação da Prefeitura.
- **Integridade:** Garantia de que a informação seja mantida em seu estado original, protegida contra alterações indevidas, sejam elas intencionais ou acidentais.
- **Confidencialidade:** Garantia de que o acesso às informações seja restrito a usuários ou processos devidamente autorizados.
- **Autenticidade:** Garantia de que a informação provenha de fonte legítima e confiável, preservando sua origem e validade.

2. Competências e Responsabilidades do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)

O **Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)** é o setor responsável pela implementação, gestão e manutenção da **Política de Segurança da Informação (PSI)** no âmbito da Administração Municipal de Alegre, cabendo-lhe as seguintes competências:

- **Definir e implementar** políticas institucionais referentes à utilização, aquisição, padronização e controle de equipamentos, sistemas e programas de informática;
- **Manter e administrar** a infraestrutura tecnológica do Município, incluindo a rede, subredes e equipamentos associados;
- **Gerenciar** os serviços de infraestrutura de rede, tais como **IP, DNS e DHCP**, bem como os equipamentos de conectividade, como **switches** e **roteadores**;



- Administrar os sistemas de contas de usuários, compreendendo o correio eletrônico corporativo, o Active Directory e demais serviços correlatos;
- Executar auditorias de segurança nos servidores, monitorar o tráfego de rede e identificar vulnerabilidades relacionadas à segurança física e lógica dos sistemas;
- Elaborar, implementar e supervisionar as diretrizes da PSI, avaliando periodicamente sua eficácia e propondo ações de melhoria contínua;
- Promover ações permanentes de capacitação, divulgação, treinamento e conscientização voltadas à adoção de boas práticas de segurança da informação por parte dos usuários internos e colaboradores externos.

3. Responsabilidades dos Usuários e Gestores

Os usuários internos e colaboradores externos que utilizam os recursos de tecnologia da informação da Prefeitura Municipal de Alegre são corresponsáveis pela aplicação e observância das diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação (PSI), incumbindo-lhes:

- Cumprir integralmente as normas e diretrizes da PSI, zelando pela integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade dos ativos de informação;
- **Abster-se de utilizar** os ativos de tecnologia para fins particulares, pessoais ou que possam causar **prejuízos**, **danos ou riscos** à Prefeitura Municipal;
- Manter a confidencialidade de todos os dados, documentos e informações a que tiverem acesso, sendo vedada sua comercialização, reprodução, cessão, compartilhamento ou divulgação a pessoas não autorizadas.

Compete aos gestores das unidades administrativas:

- **Promover a conscientização** e o alinhamento dos usuários e colaboradores sob sua responsabilidade quanto às normas e boas práticas de segurança da informação;
- **Incorporar e reforçar** as práticas de segurança da informação nos processos de trabalho e nas rotinas operacionais de sua unidade;
- Adotar as medidas administrativas cabíveis para a aplicação de ações corretivas e mitigatórias sempre que ocorrer ou for identificado comprometimento da segurança da informação.

4. Regras Específicas e Políticas de Uso

A **Política de Segurança da Informação (PSI)** estabelece normas específicas que disciplinam a utilização dos recursos tecnológicos da Prefeitura Municipal de Alegre, conforme descrito a seguir:

- Política de Aquisição e Hardware: Todos os processos de aquisição de sistemas, softwares e equipamentos deverão ser previamente submetidos à análise do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e à aprovação da Comissão de Modernização Tecnológica (CMT).
- Política de Aplicativos e Softwares: É terminantemente proibida a utilização de softwares não licenciados ("piratas"). O NTI deverá sugerir e recomendar a adoção de softwares livres tais como WPS Office, Zabbix e pfSense sempre que existirem alternativas equivalentes às versões pagas, visando à redução de custos e à legalidade do uso de licenças. O controle de acesso, incluindo a criação e



exclusão de usuários em todos os aplicativos, é de responsabilidade exclusiva do NTI.

- Área de Trabalho no Servidor de Arquivos: Todos os arquivos relacionados às atividades laborais devem ser armazenados na pasta institucional do servidor, de modo a garantir rotinas regulares de backup. É proibido o armazenamento de materiais alheios às atividades institucionais, especialmente conteúdos pornográficos, profanos, obscenos ou difamatórios. O uso de dispositivos de armazenamento móvel (como pendrives ou HDs externos) depende de autorização expressa da CMT. A Prefeitura reserva-se o direito de auditar, a qualquer tempo e sem aviso prévio, as pastas e discos rígidos utilizados em sua infraestrutura.
- Política de Correio Eletrônico: O uso do correio eletrônico institucional deve restringir-se a assuntos de interesse da Prefeitura. É vedado o envio de correntes, piadas, mensagens festivas ou comunicações de natureza comercial, religiosa ou político-partidária. O envio de informações sigilosas somente poderá ocorrer mediante autorização expressa. A Prefeitura poderá auditar o conteúdo das caixas postais ativas, sem aviso prévio, para fins de segurança e conformidade.
- Política de Estação de Trabalho: O usuário é responsável pela conservação dos
 equipamentos sob seu uso. É proibida a instalação ou remoção de softwares,
 bem como a alteração de configurações de hardware, sem a prévia autorização do
 NTI. Ao ausentar-se de sua estação de trabalho, o usuário deverá bloquear ou
 desligar o equipamento, garantindo a proteção das informações.
- Política de Interferências: É estritamente proibido violar mecanismos de segurança de contas, redes ou servidores, interferir no funcionamento de equipamentos de rede, ou utilizar programas com finalidade maliciosa ou destrutiva.
- Política de Acesso Remoto: O acesso remoto é disponibilizado e gerenciado exclusivamente pelo NTI, sendo as credenciais pessoais, intransferíveis e de uso restrito. O uso de ferramentas de acesso remoto não autorizadas (tais como TeamViewer, AnyDesk, entre outras) é vedado.
- Política de Internet: O acesso à internet é concedido mediante autorização do respectivo Secretário Municipal. A Prefeitura poderá monitorar e auditar os acessos, bem como bloquear conteúdos incompatíveis com as atividades institucionais. É proibido o acesso a sites de conteúdo pornográfico, de bate-papo, jogos ou relacionamento, salvo quando estritamente necessário para o desempenho das funções. Também é vedado o uso de softwares de comunicação instantânea (WhatsApp Web, Messenger) e serviços de streaming (rádio online, vídeos), exceto em situações justificadas por necessidade de trabalho.
- Política de Senhas: As senhas de acesso são pessoais e intransferíveis. Devem conter no mínimo oito caracteres, incluindo letras maiúsculas, letras minúsculas, números e símbolos especiais, em conformidade com os padrões de segurança definidos pelo NTI.

5. Termo de Aceite e Penalidades

 O acesso à rede corporativa e aos recursos tecnológicos da Prefeitura Municipal de Alegre está condicionado à assinatura prévia do Termo de Aceite das Condições de Segurança da Informação, o qual constitui requisito indispensável para utilização dos sistemas e equipamentos institucionais.



- O referido Termo estabelece que os recursos de informática e comunicação são ferramentas de trabalho de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal de Alegre, que reserva-se o direito de monitorar, auditar e registrar as atividades dos usuários, sempre que necessário, a fim de proteger seus ativos, informações e interesses institucionais.
- A violação das diretrizes e normas previstas na Política de Segurança da Informação (PSI) sujeitará o infrator à restrição de acesso aos recursos tecnológicos, bem como à aplicação das penalidades disciplinares cabíveis, nos âmbitos administrativo, civil e criminal, sem prejuízo da obrigação de ressarcimento integral dos danos eventualmente causados, decorrentes de dolo, negligência, imprudência ou imperícia.
- Qualquer incidente de segurança da informação, real ou suspeito, deverá ser comunicado imediatamente ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), para fins de registro, investigação e adoção das medidas corretivas pertinentes.